

A URBANIZAÇÃO RECENTE NO BRASIL E AS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS

Fausto Brito*
Cláudia Júlia Guimarães Horta**
Ernesto Friedrich de Lima Amaral***

O grande ciclo de expansão da urbanização no Brasil é relativamente recente. O seu início se articula com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira, a partir da década de trinta do século vinte. Vale lembrar que foi somente em 1970, há pouco mais de 30 anos, que os dados censitários revelaram, no Brasil, uma população urbana superior à rural.

Isto não quer dizer que as cidades já não fizessem parte da paisagem social do país desde o período colonial, apesar da sua restrita dimensão demográfica. Na Republica Velha (1889/1930), com a grande expansão da economia cafeeira e com o primeiro e expressivo surto de industrialização, se ampliaram as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras – até então, meros arquipélagos regionais – e começaram a se intensificar as migrações internas, e, principalmente, as migrações internacionais. Estas últimas, fortemente financiadas pelo Estado, impunham limites à expansão dos deslocamentos populacionais internos, já que se dirigiam, principalmente, para os Estados onde mais se expandia a economia, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro.

Estes arquipélagos regionais, fundamentalmente articulados em torno das atividades agrícolas, mantinham um sistema de cidades polarizadas, geralmente, pelas capitais das Províncias, futuros estados na era Republicana. Estas capitais, centralizavam os principais serviços públicos, a intermediação comercial e financeira das principais atividades econômicas regionais e os serviços ligados à exportação e importação. Vale a pena destacar, no início do século XX, as cidades mais importantes: no Norte, Belém e Manaus; no Nordeste, Salvador, Recife e Fortaleza; no Sul, Porto Alegre e Curitiba; no Centro-Oeste, apenas Cuiabá. Na região Sudeste, Rio de Janeiro (Capital da República) e São Paulo. Estas duas cidades, sofriam o impacto da expansão da economia cafeeira e da incipiente industrialização. Nelas residiam mais de 50,0% da população de todas as capitais dos estados. VILELA e SUZIGAN (1973)

Resumidamente, tem-se que a população urbana se distribuía pelos diferentes sistemas regionais de cidades, fundamentalmente litorâneos e fortemente concentrados na região Sudeste. Somente a partir da

* Professor e Pesquisador do CEDPLAR/FACE/UFMG

** Doutoranda e Assistente de Pesquisa no CEDEPLAR/FACE/UFMG

*** Mestrando no CEDEPLAR/FACE/UFMG

República Velha é que estes arquipélagos regionais, onde se constituíam os sistemas regionais de cidades, começam a se articular, nacionalmente, dentro de um processo de integração mercantil.

Em 1920, o Brasil contabilizava uma população de 27.500.000 e contava com 74 cidades maiores do que 20 mil habitantes, nas quais residiam 4.552.069, ou seja, 17,0% do total da população. Mas, a população urbana se mantinha bastante concentrada, 58,3% destas cidades estavam na região Sudeste, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal. VILELA e SUZIGAN (1973)

Mas, foi a partir dos anos 30 e 40 que a urbanização se incorporou às profundas transformações estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira. Assume, de fato, uma dimensão estrutural: não é só o território que acelera o seu processo de urbanização, mas é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana. Este “grande ciclo de expansão da urbanização”, que se iniciava, coincidia com o “grande ciclo de expansão das migrações internas”. As migrações internas faziam o elo maior entre as mudanças estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira e a aceleração do processo de urbanização.

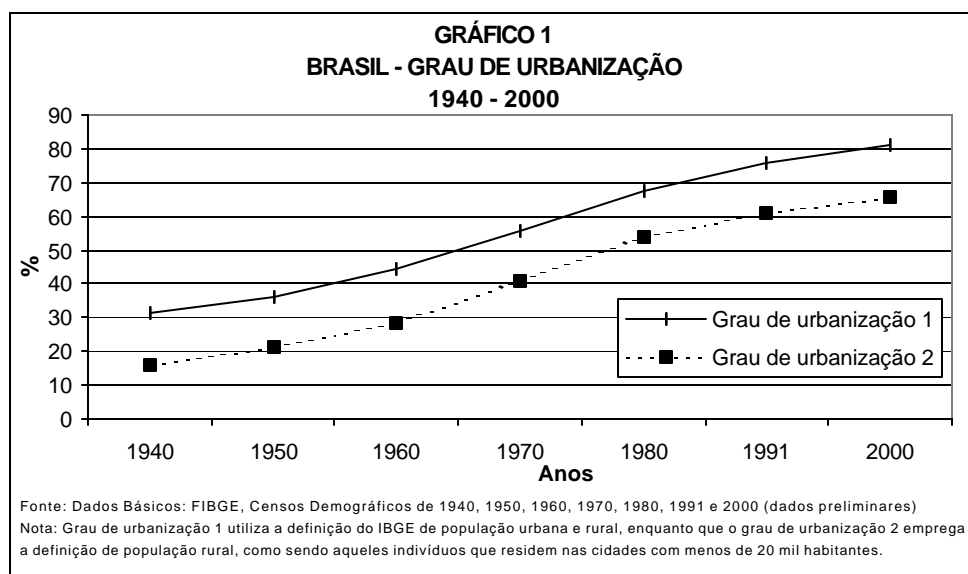
O objetivo principal desse artigo é analisar o grande ciclo de expansão da urbanização brasileira, principalmente depois da década de quarenta, mostrando as mudanças que ocorreram após os anos setenta, com especial destaque para a importância das aglomerações metropolitanas.

O GRANDE CICLO DE EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO: ASCENÇÃO, RETRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO RELATIVA

Os resultados do Censo Demográfico de 1940 revelaram que apenas 31,2% da população brasileira na época, que era de 41.236.315 habitantes, residia em áreas urbanas. Nas décadas seguintes esse percentual aumenta sistematicamente, observando-se tendência crescente de urbanização, mas é somente em 1970 que registrou-se, para o país como um todo, uma população urbana superior à rural (55,9%). O crescimento urbano, até os dias de hoje determinaram, segundo o último levantamento censitário, um grau de urbanização de 81,2%, no ano 2000. (Gráfico 1)

Esta tendência a um crescente aumento no grau de urbanização, não se constitui numa novidade histórica. Os países capitalistas de primeira geração, como a Inglaterra, e os de segunda geração, como os do continente europeu, os Estados Unidos e o Japão, apresentaram todos, a mesma tendência, ou seja, uma maciça transferência da população do campo para as cidades, chegando a graus de urbanização que variam entre 85,0 a 95,0%. Apesar de já existirem no Brasil estados com elevado grau de urbanização, como por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram, em 2000, percentuais acima dos 90,0%, acredita-

se que, o Brasil ainda tem, certamente, um razoável potencial de transferência de população do campo para as cidades.



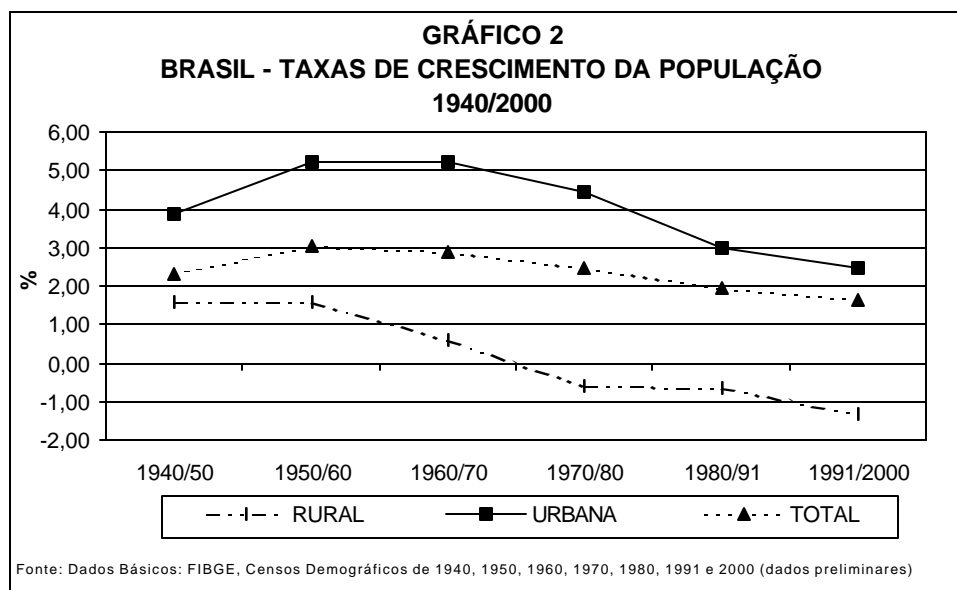
Entretanto, a definição de urbano, que aparece nos Censos Demográfico do IBGE, tem sido, muitas vezes, criticada por se restringir aos limites estritamente geográficos. Alguns autores, como MARTINE (1992), por exemplo, têm procurado aperfeiçoar o critério do IBGE, propondo que deveriam ser considerados como habitantes da área rural, aqueles que residem nas cidades com menos de 20 mil habitantes. Assim, segundo este critério, a população urbana só teria superado a rural em 1980.

O que aparece como um grande destaque no caso brasileiro, semelhante a alguns outros países em desenvolvimento, foi a velocidade do processo de urbanização, muito superior a dos países capitalistas mais avançados. Somente, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 18.782.891 para 137.697.439, multiplicando 7,33 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Ou seja, a cada ano, em média, nessa última metade de século, 2.378.291 habitantes eram acrescentados à população urbana.

A análise da velocidade da urbanização pode ser feita utilizando dois indicadores. O primeiro é a taxa de crescimento corrente da população urbana e o segundo é a taxa de urbanização. O auge do crescimento da população urbana se deu entre 1950 e 1980, fundamentalmente nas duas primeiras décadas. A partir daí, começa a desalecerar seu ritmo, apesar dele se manter ainda bastante elevado, também, na década de setenta. (Gráfico 2)

No auge da expansão urbana, as altas taxas de fecundidade tiveram grande importância para esse excepcional crescimento demográfico. Vale lembrar que é somente a partir da década de sessenta, que o

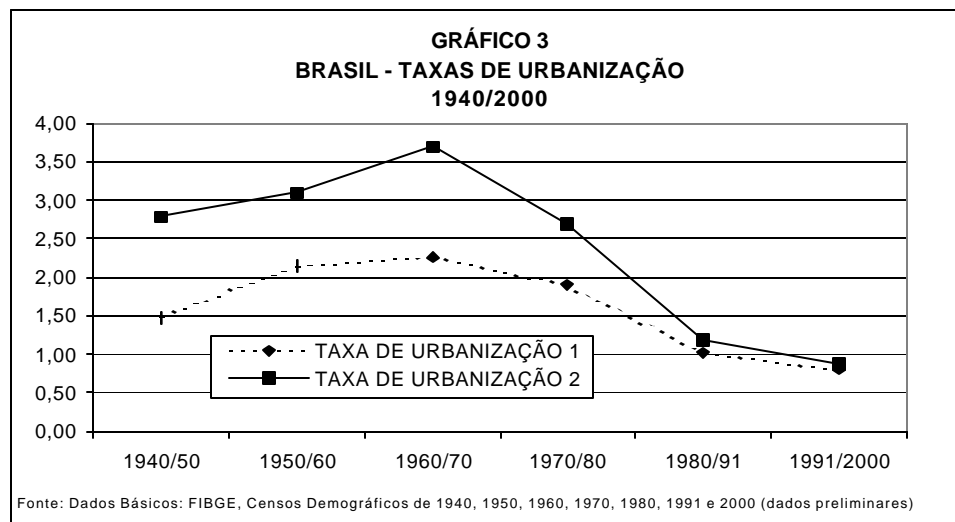
declínio dos níveis de fecundidade ocorrem mais acentuadamente. Contudo, a maior parte do crescimento demográfico urbano pode ser explicado pelo intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e 1980, auge do ciclo de expansão das migrações, estima-se que eles foram responsáveis por 53,0% do crescimento da população urbana. E, se consideramos ainda os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades, ou seja, o efeito indireto da migração, a sua participação no crescimento da população urbana chega a 65,0% (Carvalho, Fernandes, 1994).



Como foi dito, as migrações internas fizeram um dos elos mais importantes entre as profundas mudanças estruturais e a expansão urbana. O intenso crescimento da economia urbano-industrial, depois do Plano de Metas, até o final dos anos setenta, foi, do ponto de vista espacial e social, extremamente desequilibrado. Muito concentrado no Rio de Janeiro e, fundamentalmente em São Paulo, o desenvolvimento da economia ampliou os desequilíbrios regionais, inclusive entre a cidade e o campo, que não conseguia gerar o número de empregos que atendesse ao crescimento da sua força de trabalho. As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, principalmente, para as regiões metropolitanas do Sudeste, São Paulo em particular. Apesar do grande crescimento da economia até o final da década de setenta, as migrações internas, fruto dos desequilíbrios econômicos e sociais, nas suas regiões de origem, acabavam por reproduzi-los nas regiões de destino.

Os Gráficos 2 e 3 mostram, também, que a partir da década de setenta, houve um acentuado declínio do ritmo de crescimento da população urbana, que foi suavizado nos anos noventa, mas o ritmo

ainda era declinante¹. Os dados sugerem que o auge da expansão urbana encontra seu limite já no início dos anos oitenta, quando já se acelera a redução das taxas de fecundidade urbana e assiste-se a uma sensível diminuição da migração rural-urbana.



A análise da evolução da população urbana segundo os diferentes tamanhos de cidades contribui, decisivamente, para a explicação do grande ciclo da expansão urbana no Brasil, já que expressa não só o processo de crescimento da população urbana, mas, também a sua redistribuição entre cidades de diferentes tamanhos.

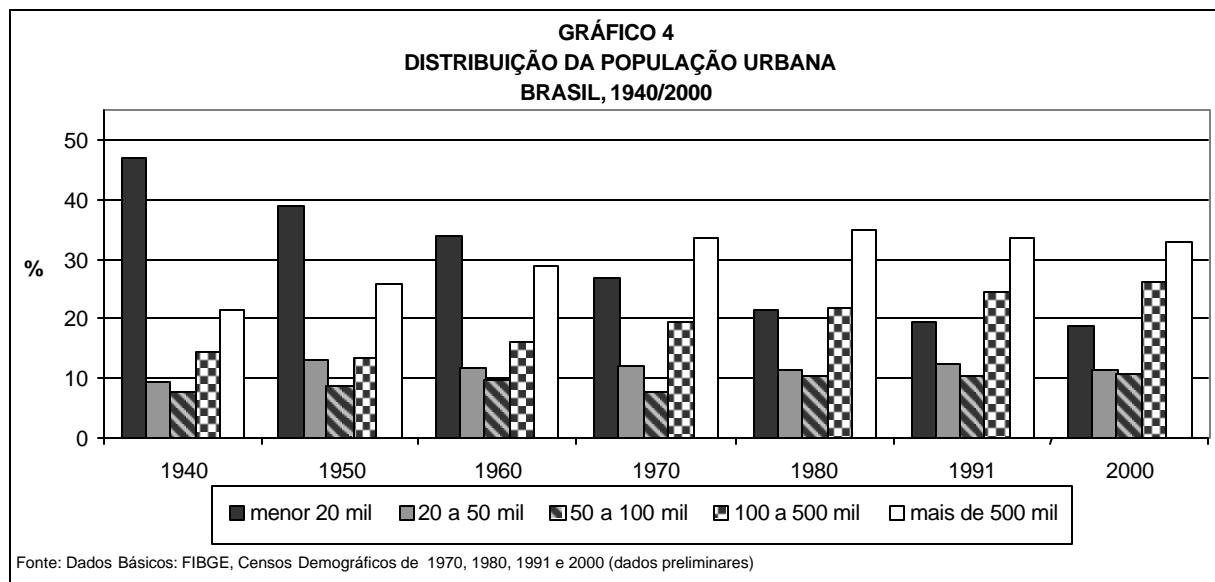
Observando o Gráfico 4, verifica-se que houve um declínio continuado da população residente nas cidades menores que 20 mil habitantes, onde em 1940, residiam cerca de 47,0% da população urbana. Somente a partir de 1980 é que essas pequenas cidades estabilizam a sua participação relativa em torno de 19,0%.

As cidades com 20 a 50 mil e as com 50 a 100 mil habitantes tiveram um acréscimo pequeno, apenas de 2,0 e 3,0 pontos percentuais, aproximadamente, na sua participação relativa, entre 1940 e 2000. Também, a partir de 1980, essas cidades apresentaram participações relativas praticamente constantes.

No outro extremo, ou seja, os moradores das cidades com 100 a 500 mil e as maiores do que 500 mil merecem destaque. Desde 1940, o primeiro grupo se destacava dentre eles, com percentual de aproximadamente 21,6%, enquanto o segundo, representava cerca de 14,6% da população urbana do Brasil. Na década de cinquenta o primeiro grupo aumenta a sua participação, com a incorporação da cidade do Recife, e as cidades com 100 a 500 mil habitantes começam a aumentar expressivamente sua importância relativa. Nessas últimas, passaram a residir, no final do século, mais de um quarto da

¹ A taxa de urbanização é definida pela seguinte expressão: $\left(\frac{1 + r_u}{1 + r_r} - 1 \right) * 100$. Essa fórmula foi elaborado

população urbana brasileira. Os residentes nas cidades com mais de 500 mil habitantes aumentaram a sua porcentagem até 1970, quando praticamente, se estabilizou até 2000, concentrando um terço de toda a população urbana.



Os dados até agora analisados mostram que o ciclo de expansão da população urbana, até 1980, caminhava na direção de uma grande concentração da população nas grandes cidades, principalmente naquelas com mais de 500 mil habitantes. Nesta época, 57,0% da população urbana já residia em cidades maiores do que 100 mil habitantes e 35,0% em cidades maiores do que 500 mil. Após 1980, o ciclo de expansão começa a assumir um novo padrão, apresentando uma desaceleração mais acentuada do crescimento da população urbana e da evolução do seu grau de urbanização, além de uma desconcentração relativa favorável a uma maior participação das cidades com uma população entre 100 e 500 mil habitantes, que continuam a crescer mais intensamente que as cidades com mais de 500 mil habitantes.

O ciclo de expansão da urbanização pode ser compreendido dentro do processo mais amplo de constituição das grandes regiões metropolitanas a partir dos anos setenta. Essas regiões desde a sua criação, até os dias atuais, sofreram inúmeras transformações com a incorporação de novos municípios. Como esta decisão é da competência das Assembléias Legislativas, muitas vezes, a delimitação de uma região metropolitana obedece muito mais a critérios políticos.

Com o propósito de analisar mais fidedignamente a realidade metropolitana será utilizado o estudo desenvolvido pelo IPEA, NESUR-IE-UNICAMP e o IBGE (1999), no qual foram identificados grupos de cidades que realmente constituíam o aglomerado metropolitano. Para tanto, foram empregados indicadores

demográficos e econômicos, assim como dos fluxos de bens e serviços para definição do espaço urbano que realmente pudesse ser considerado um aglomerado metropolitano. Desta forma, é possível construir tipologias que estabeleçam grandes áreas urbanas contínuas formadas pelo crescimento de algumas cidades, ou conjuntos de cidades. No presente estudo, optou-se por selecionar, dentre os grupos estabelecidos, aqueles que foram considerados aglomerações metropolitanas globais, São Paulo e Rio de Janeiro, e as nacionais, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília. A Tabela 1 trás uma síntese da distribuição das cidades e dos aglomerados metropolitanos por agrupamento segundo tamanho de população.

TABELA 1
BRASIL - POPULAÇÃO URBANA E AGLOMERAÇÕES
METROPOLITANAS (%) - 1970/2000

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
Cidades Não Metropolitanas				
< 20.000	25,82	20,92	19,07	18,57
20.000 a < 50.000	9,48	9,91	11,29	10,60
50.000 a < 100.000	5,77	7,40	8,07	8,28
100.000 a < 500.000	10,29	14,84	16,41	17,31
500.000 e mais	0,00	0,00	2,23	4,25
Total não Metropolitanas	51,36	53,07	57,07	59,02
Cidades Metropolitanas				
< 20.000	1,09	0,43	0,27	0,28
20.000 a < 50.000	2,56	1,49	1,15	0,87
50.000 a < 100.000	2,03	3,10	2,16	2,30
100.000 a < 500.000	7,47	6,62	8,02	8,78
500.000 e mais	1,40	4,19	4,76	4,91
Total Metropolitanas(sem Núcleos)	14,55	15,83	16,36	17,15
Núcleos Metropolitanos	34,09	31,11	26,56	23,83
Total Metropolitanas	48,64	46,93	42,93	40,98
Total Absoluto da Pop. Urbana	52.097.271	80.436.409	110.990.990	137.697.439

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (dados preliminares)

No auge do processo de concentração urbana, em 1970 e 1980, quase a metade da população urbana residia nas aglomerações metropolitanas e cerca de 34,1 e 31,1%, respectivamente, nos núcleos destas aglomerações. A comparação entre as cidades metropolitanas e as não metropolitanas revela, nestas últimas, a grande importância das cidades menores que 20 mil habitantes, onde residiam em 1970 e 1980, respectivamente, cerca de um quarto e um quinto da população urbana do país. Entretanto, ao longo do tempo, sua participação relativa vem apresentando tendência decrescente em favor das cidades maiores. Por outro lado, observa-se que a maioria da população que vive nos aglomerados metropolitanos reside em cidades com mais de 100 mil habitantes. No ano 2000, por exemplo, elas concentravam cerca de 92,0% da população total dos aglomerados metropolitanos.

A partir de 1980, o processo de desconcentração relativa da população urbana, tem levado, nas aglomerações metropolitanas, a uma redução da importância relativa das suas cidades núcleos e, conseqüentemente, um aumento das demais. Apesar disto, deve ser sublinhado que ainda residiam nas aglomerações metropolitanas, em 2000, 41,0% da população urbana brasileira, e nos núcleos, parcela também significativa de 24,0%, determinado por um contingente populacional de 33 milhões de habitantes. Ainda dentro do processo de desconcentração relativa, chama a atenção, a crescente importância das cidades entre 100 e 500 mil habitantes, não metropolitanas, onde já residam, em 2000, 17,3% dos residentes nas cidades brasileiras.

AS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS

A tendência da concentração populacional brasileira nas aglomerações metropolitanas ficou nítida desde os anos de 1970 e 1980, resultado do intenso fluxo migratório verificado ao longo das décadas de sessenta, e principalmente, setenta. Se no ano de 1980 contabilizava-se uma população de cerca de 120 milhões de habitantes para o país como um todo, aproximadamente um terço desse total (37,8 milhões) tinham como residência municípios pertencentes às aglomerações metropolitanas. E esta proporção se manteve, em torno de um terço até o ano 2000. Novamente ressalta-se que no caso dos aglomerados metropolitanos, diferentemente das cidades não metropolitanas, vale a pena sublinhar que o peso relativo das cidades com até 20 mil habitantes é pouco significativo, a predominância é das cidades maiores, ou seja, aquelas com população urbana entre 100 e 500 mil e acima de 500 mil habitantes.

TABELA 2
BRASIL - POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS
1970/2000

AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS	POPULAÇÃO TOTAL			
	1970	1980	1991	2000
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.794.981
Fortaleza	1.070.114	1.627.042	2.339.538	2.901.040
Recife	1.755.083	2.347.005	2.874.555	3.272.322
Salvador	1.135.818	1.752.839	2.474.385	2.988.610
Belo Horizonte	1.619.792	2.570.281	3.385.386	4.161.028
Rio de Janeiro	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.847.106
São Paulo	8.113.873	12.552.203	15.395.780	17.768.135
Campinas	644.490	1.221.104	1.778.821	2.215.027
Curitiba	809.305	1.427.782	1.984.349	2.634.410
Porto Alegre	1.590.798	2.307.586	3.029.073	3.495.119
Goiânia	424.588	807.626	1.204.565	1.606.955
Brasília	625.916	1.357.171	1.980.432	2.746.747
TOTAL AGLOMERADO	25.338.728	37.750.545	47.644.838	56.431.480
POP. BRASIL	93.139.037	119.002.706	146.825.475	169.544.443
AGLOMERADOS/BRASIL	27,21	31,72	32,45	33,28
POP. URBANA	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137.697.439
AGLOMERADO/URBANA	48,65	46,93	42,93	40,98

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (resultados preliminares)

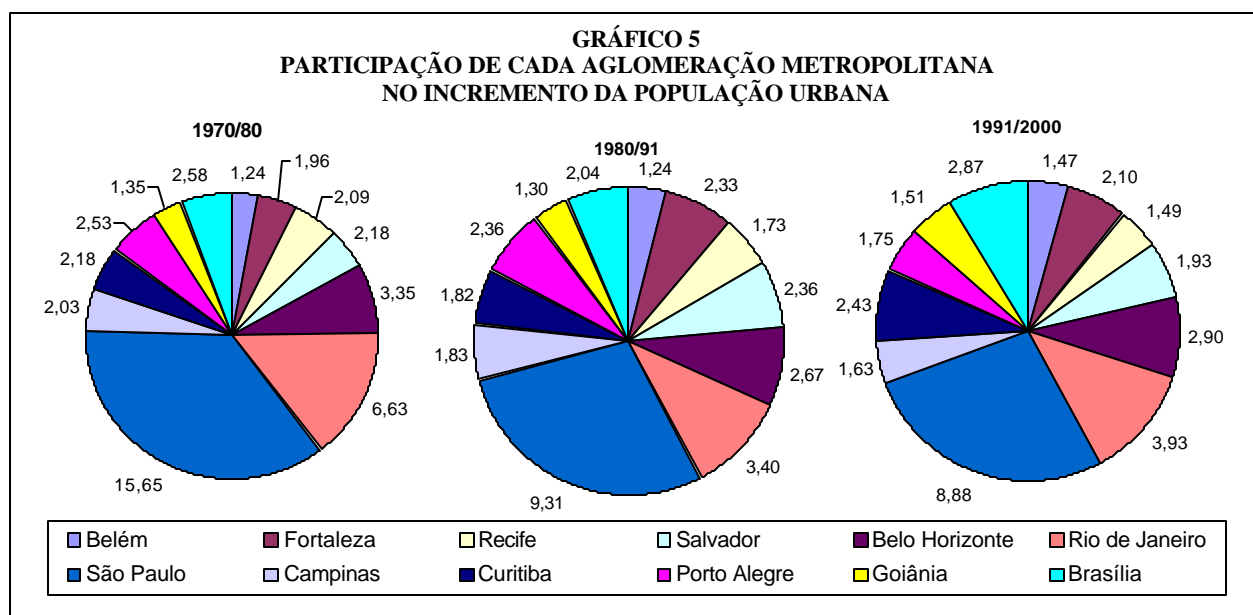
A importância das aglomerações metropolitanas é mais notável quando se considera somente a população urbana. Aproximadamente, 50,0% dos residentes nas cidades moravam nas aglomerações. Esta porcentagem decresceu no decorrer do período analisado, entretanto, em 2000, ela ainda era de 41,0%. São Paulo e o Rio de Janeiro tinham o maior peso demográfico: juntas em 1970, concentravam quase 60,0% do total da população dos aglomerados metropolitanos, e em 2000, esta porcentagem caiu para 50,0%.

O crescimento das aglomerações metropolitanas tem sido inferior ao do conjunto da população urbana e superior ao da população total. Tem sido, também, decrescente, acentuadamente, entre os anos setenta e oitenta, que se suaviza bastante na última década do século XX. A queda do nível de fecundidade e, fundamentalmente, a crise econômica vivenciada pelo país, que levou a uma grande redução da capacidade de inserção da população no mercado de trabalho nos aglomerados metropolitanos, funcionou como "freio" a tendência que se anunciava na década de setenta de um crescimento cada vez maior das regiões metropolitanas, em função das migrações internas. Os dados tem contraposto esta visão de uma hipermetropolização, já que os grandes aglomerados metropolitanos, não só têm reduzido as suas taxas de crescimento, como também, diminuído a sua participação relativa no conjunto da população urbana e total. Mas, não pode deixar de ser sublinhado que, na década de noventa, houve uma substancial desaceleração na queda das taxas de crescimento do conjunto dos aglomerados metropolitanos, causando, inclusive, um aumento no seu incremento médio anual total de 899.481 habitantes, nos anos oitenta, para 985.418 na última década. Como conseqüência, a participação no incremento da população total e urbana aumentou razoavelmente, principalmente, no primeiro caso. (Gráfico 5)

TABELA 3
BRASIL - AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS
TAXA DE CRESCIMENTO (%) - 1970/2000

AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1970/80	1980/91	1991/2000
Belém	4,31	2,92	2,82
Fortaleza	4,28	3,36	2,44
Recife	2,95	1,86	1,46
Salvador	4,43	3,18	2,14
Belo Horizonte	4,73	2,54	2,34
Rio de Janeiro	2,44	1,02	1,15
São Paulo	4,46	1,87	1,62
Campinas	6,60	3,48	2,49
Curitiba	5,84	3,04	3,23
Porto Alegre	3,79	2,50	1,62
Goiânia	6,64	3,70	3,29
Brasília	8,05	3,50	3,74
TOTAL AGLOMERADO	4,07	2,14	1,92

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (dados preliminares)



Analisando, separadamente, o núcleo e as periferia dos aglomerados metropolitanos, observa-se, também, uma redução no ritmo de crescimento e, em ambos os casos, uma desaceleração deste declínio na década de noventa. As periferias continuam crescendo mais rapidamente do que o núcleo e a uma taxa relativamente alta, praticamente, 3,0% ao ano.

Todos o núcleos dos aglomerados reduziram as suas taxas de crescimento, a exceção de Recife e do Rio de Janeiro. As periferias, quase todas com taxas ainda muito altas, tem reduzido o seu ritmo de crescimento, excetuando as aglomerações de Belém, Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília.

TABELA 4
BRASIL - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO NÚCLEO E PERIFERIA
DAS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS. 1970/2000

AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS	1970/1980		1980/1991		1991/2000	
	NÚCLEO	PERIFERIA	NÚCLEO	PERIFERIA	NÚCLEO	PERIFERIA
Belém	3,95	9,26	2,65	5,36	0,31	14,29
Fortaleza	4,30	4,18	2,78	5,42	2,15	3,30
Recife	1,27	5,11	0,69	2,96	1,03	1,81
Salvador	4,08	6,91	2,98	4,31	1,84	3,61
Belo Horizonte	3,73	7,45	1,15	5,11	1,11	3,97
Rio de Janeiro	1,82	3,39	0,67	1,49	0,73	1,66
São Paulo	3,67	6,37	1,16	3,22	0,85	2,81
Campinas	5,86	7,56	2,24	4,79	1,50	3,33
Curitiba	5,34	7,24	2,29	4,72	2,13	5,15
Porto Alegre	2,43	5,30	1,06	3,71	0,83	2,15
Goiânia	6,54	7,48	2,31	10,94	1,90	7,01
Brasília	8,15	7,38	2,84	7,00	2,77	7,17
TOTAL	3,49	5,32	1,50	3,28	1,21	2,99

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (dados preliminares)

Quando se analisa a contribuição do núcleo para o crescimento do aglomerado, nota-se que já a partir dos anos oitenta ela é inferior a 50,0% , isto é, as periferias têm sido cada vez mais responsáveis pelo crescimento dos aglomerados metropolitanos. Na década de noventa o peso dos núcleos metropolitanos reduz significativamente, passando os demais municípios a responder por 62,0% do volume total - maior inclusive que a participação do núcleo duas décadas anteriores. Dois fatos explicam tal constatação: primeiro, a queda significativa nos níveis de fecundidade das mulheres, certamente mais alta nos núcleos do que nas periferias; segundo, e principalmente, os fluxos migratórios intra-metropolitanos, com origem nos núcleos e destino nas demais cidades das aglomerações metropolitanas; apesar do núcleo ainda receber parcela significativa da migração interestadual e intra-estadual.

As únicas aglomerações metropolitanas que ainda apresentam contribuição do núcleo maior que a periferia são: Fortaleza, Salvador e Brasília. Entretanto, em consonância com as demais, essas vem, ao longo do período considerado, diminuindo o peso relativo dos seus núcleos.

TABELA 5
BRASIL - CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO PARA O INCREMENTO
MÉDIO ANUAL DO AGLOMERADO (%) - 1970/2000

AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS	CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO		
	1970/80	1980/91	1991/2000
Belém	85,27	81,99	8,93
Fortaleza	80,73	64,71	65,82
Recife	24,19	17,88	31,10
Salvador	80,19	79,45	71,10
Belo Horizonte	57,43	29,36	27,01
Rio de Janeiro	44,63	37,57	35,20
São Paulo	57,87	40,55	32,03
Campinas	50,07	32,82	27,58
Curitiba	67,25	52,12	41,82
Porto Alegre	33,47	19,12	20,71
Goiânia	87,92	51,57	41,84
Brasília	87,44	68,06	57,69
TOTAL AGLOMERADO	58,50	45,10	37,93

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (dados preliminares)

Concluindo, o grande ciclo de expansão da urbanização apresenta um ponto de inflexão a partir de 1980, quando:

- a) O grau de urbanização continua crescente, entretanto, a uma velocidade mais reduzida;
- b) As taxas de crescimento da população urbana diminuem o seu ritmo de crescimento aceleradamente e, somente nos anos noventa, nota-se uma relativa desaceleração, provavelmente em função do aumento do êxodo rural.
- c) Há uma relativa desconcentração da população urbana, nitidamente favorável às cidades entre 100 e 500 mil habitantes, principalmente, aquelas fora dos municípios metropolitanos, que têm sido, provavelmente, um dos destinos preferenciais dos migrantes.
- d) Os Aglomerados Metropolitanos mantêm a sua grande importância, entretanto, o seu peso no conjunto da população urbana, e no seu crescimento, têm diminuído, provavelmente, em função do declínio dos níveis de fecundidade e da redução das migrações. Não pode deixar de ser evidenciada a redução da importância demográfica dos núcleos dos aglomerados, principalmente, devido ao aumento da migração intra-metropolitana.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José A. e FERNANDES, Fernando. **Estimativas do saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil**, CEDEPLAR 1994.

IPEA, NESUR-IE-UNICAMP e o IBGE, **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**, 1999.

MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Documento de Trabalho - n.º. 11, ISPN, abril de 1992.

VILELA, Anibal e SUZIGAN, Wilson. **Política do Governo e crescimento da economia brasileira 1889 - 1945**, IPEA, **Série Monografias**, n.º. 10, 1973.